



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Relatório Voluntário Nacional 2023

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

10 de maio de 2023

Relatório Voluntário Nacional

Mensagens Principais

- Portugal **reitera o seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 e a concretização dos ODS**, com base no **respeito pela dignidade humana** e nos princípios **“reconstruir melhor”** e **“não deixar ninguém para trás”** (NDNT).

- Erradicar a pobreza;
- Lutar contra as desigualdades;
- Promover um desenvolvimento sustentável global, justo, equitativo e inclusivo.

- O segundo **Relatório Voluntário Nacional (RVN 2023)** é o **resultado de um exercício reflexivo**, assente num **diagnóstico crítico dos desafios e progressos** registados entre 2017 e 2022.

Relatório Voluntário Nacional

Mensagens Principais

- A sua elaboração foi encarada como **catalisador de um novo ciclo de governação da Agenda 2030 em Portugal**, promovendo uma maior articulação, multinível, em duas áreas-chave:
 - Dotar a Agenda de uma **coordenação política robusta**;
 - Promover uma **abordagem integradora de todos os níveis de governo** (*whole-of-government*) e de **toda a sociedade** (*whole-of-society*).
- Para garantir a aplicação desta dupla abordagem, identificou-se a **necessidade de alterar o modelo de coordenação vigente** para um que **congregasse todos os atores interessados**, tanto do setor público como da sociedade civil.

Relatório Voluntário Nacional

Modelo de Governança

- Adoção de um **novo mecanismo de coordenação interinstitucional** através da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023, de 23 de janeiro](#);
- No **plano interno**, a supervisão e monitorização da Agenda 2030 foi reposicionada no centro do Governo – **a Presidência do Conselho de Ministros (PCM)**, em linha com uma abordagem integradora de todos os níveis do governo;
- No **plano externo, incluindo a Política de Cooperação para o Desenvolvimento**, a responsabilidade de coordenação mantém-se na esfera do **Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)**;
- Esta nova abordagem **potencia a coerência e a convergência das políticas públicas**, garantindo a articulação com a dimensão externa da Agenda 2030.

Relatório Voluntário Nacional

Comissão de Acompanhamento dos ODS

Comissão de Acompanhamento
monitorizar e avaliar a implementação da Agenda 2030

Representantes:

- Áreas governativas da PCM e do MNE;
- Governos regionais;
- Autarquias locais;
- Conselho Económico e Social;
- Três personalidades da sociedade civil.

Principais Competências

- Coordenação da elaboração **do Relatório Voluntário Nacional 2023**;
- Coordenação da promoção de uma atuação de permanente sensibilização e envolvimento de toda a sociedade e níveis de administração, para a prossecução da Agenda 2030, dos ODS e das respetivas metas;
- Coordenação da elaboração do **Roteiro Nacional para o “Desenvolvimento Sustentável 2030”**.

Relatório Voluntário Nacional

Metodologia

Perspetiva Governamental (incluindo Regiões Autónomas)

Realização de inquérito com a avaliação do contributo dos instrumentos de planeamento para os ODS, a incorporação do princípio NDNT e os desafios emergentes. Na dimensão externa, recolha de informação sobre as diversas iniciativas das áreas governativas.

Perspetiva Regional e Local

Reuniões com os representantes das CCDR e das autarquias locais (ANMP e ANAFRE) e organização conjunta de Assembleias Participativas para discussão da Agenda 2030 com os atores locais.

Perspetiva da Sociedade Civil

Realização de grupos focais e reuniões bilaterais e a participação nas Assembleias Participativas, incluindo inscrição e sorteio de cidadãos e cidadãs.

Transversal: organização de uma consulta pública e audições em diferentes órgãos de relevo.

Relatório Voluntário Nacional

Metodologia

Análise de dados Estatísticos (INE) e dos fluxos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), assim como, resultados de estudos de avaliação.

Pesquisa documental sobre outras análises e que permitisse refletir diferentes dimensões.

Análise do sistema de planeamento nacional ao nível dos instrumentos de alto nível.

Dimensões de Análise e Reporte

Evolução e integração no sistema de planeamento e nas políticas nacionais

Incorporação do princípio NDNT

Meios financeiros

Progressos e contributos do ponto de vista dos governos e indicadores estatísticos

Integração e prossecução no plano regional, local e da sociedade civil organizada

Desafios e próximos passos

Resultados

Governo

- **Crescente apropriação e integração da Agenda 2030** e das três dimensões do desenvolvimento sustentável nos instrumentos de planeamento;
- **Passos decisivos em 2022**, com a adoção da Estratégia Portugal 2030, o Programa Nacional de Reformas, a Lei das Grandes Opções 2022-2026 e a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030;
- Nos instrumentos de planeamento setorial, **apenas 34% fazem referência explícita aos ODS**, apesar de incorporarem transversalmente o princípio NDNT em três componentes principais: *(i)* condições económicas; *(ii)* direitos humanos e *(iii)* igualdade de género;
- Os **ODS mais identificados** pelas áreas governativas, impactados pelos instrumentos de planeamento setorial, são o **12, o 9 e o 4**.

Resultados

Regiões Autónomas

- Na **Região Autónoma dos Açores**, o principal tema emergente das políticas públicas identificado foi o das **alterações climáticas**, seguido da **pobreza** e do **impacto da pandemia da doença COVID-19**.

ODS associados:



- Na **Região Autónoma da Madeira**, existe uma inversão, o principal tema identificado foi a **pobreza**, seguido das **alterações climáticas** e da **pandemia**.

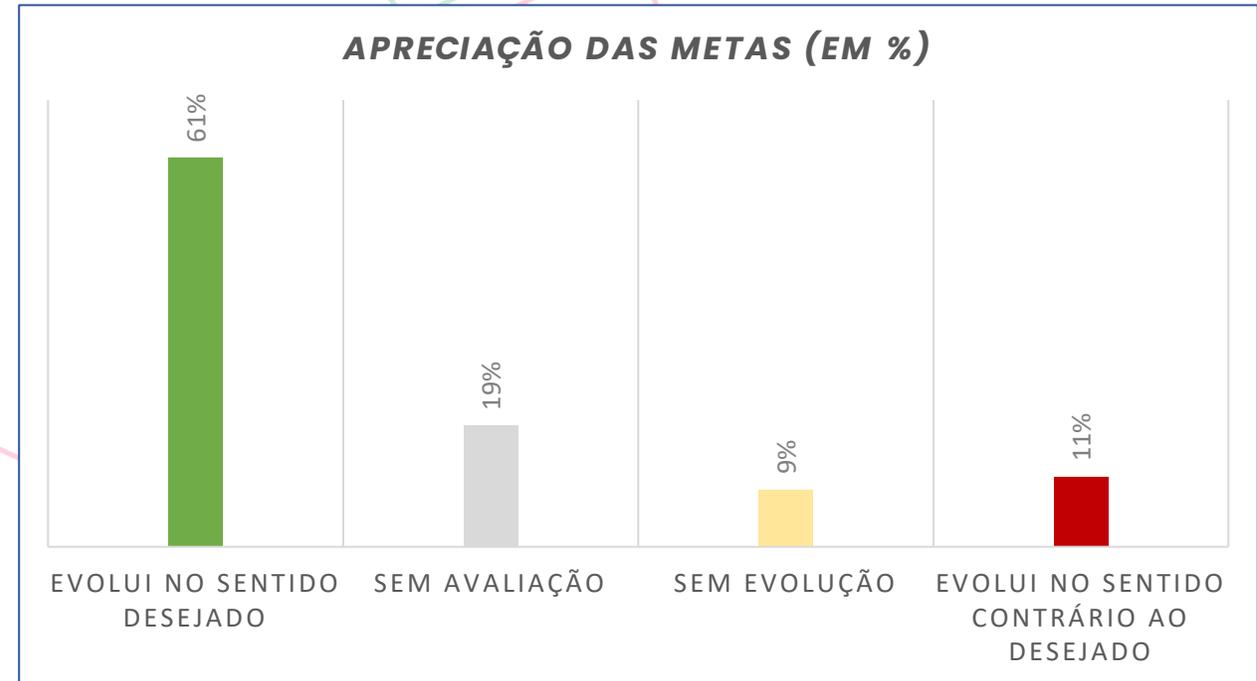
ODS associados:



Resultados

Análise estatística

- O INE monitoriza atualmente **170 indicadores**, representando uma taxa de **69%**, permitindo **aferir a evolução de 124 metas** (com pelo menos um indicador associado), representando um **grau de cobertura de 74%** das metas.



Resultados

Análise estatística

- A maioria dos ODS apresenta uma evolução positiva (ODS 1, 2, 3, 4, 8, 10, 11, 16 e 17);
- Em sentido contrário, destacam-se os **ODS 9 e o 14**, na sua maioria devido a **impactos da pandemia COVID-19**;
- **Realçam-se os ODS 6, 7, 13 e 15**, em que a grande maioria dos indicadores são positivos, com pelo menos, **duas metas atingidas nos indicadores**;
- Os **ODS com maior cobertura**, ao nível de indicadores, **são o 3 (89%), o 8 (81%), o 9 (92%)**. Todavia, existem ODS que necessitam de um **trabalho adicional de mapeamento** para possibilitar a coleta de mais dados e melhor análise (**caso dos ODS 5, 12 e 14**).

Relatório Voluntário Nacional

Dimensão Externa

- **Participação ativa nos fora internacionais** que visam a implementação da Agenda 2030, nas suas várias dimensões.
- Destaque para:
 - ✓ Compromissos ambiciosos assumidos nas Conferências das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas;
 - ✓ O papel ativo enquanto “País Campeão” do Pacto Global das Migrações;
 - ✓ O empenho político na coorganização da II Conferência dos Oceanos das Nações Unidas.
- A **ECP 2030** contribui para a **prossecução de três compromissos-chave a nível internacional**, não apenas a Agenda 2030, mas também a **Agenda de Ação de Adis Abeba** sobre o financiamento para o desenvolvimento e o **Acordo de Paris**.

Resultados

Dimensão Externa

Política de Cooperação para o Desenvolvimento

- Papel essencial na implementação da dimensão externa da Agenda 2030;
- Destaca-se a **aposta na capacitação institucional e humana** para facilitar a mobilização de investimento e comércio que promova a sustentabilidade e a **transição para uma lógica de cofinanciamento**, a partir de diversas fontes e parcerias de natureza diversificada;
- A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) bilateral representa 33% da APD total, com uma **concentração geográfica nos PALOP e em Timor-Leste**, e um **crescimento significativo nos últimos dois anos**.

Resultados

Dimensão Externa

Política de Cooperação para o Desenvolvimento

- Ao **nível bilateral**, concentração nos objetivos sociais da Agenda 2030, como a educação (30%), a saúde (9%), o governo, sociedade civil e outras infraestruturas sociais (10%), tendo consagrado 30% da ajuda à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres;
- Ao **nível multilateral**, destaque para o âmbito da União Europeia, do sistema das Nações Unidas, do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, bem como da CPLP, da Cimeira Ibero-Americana e nas Instituições Financeiras Internacionais;
- Ao nível da **cooperação triangular**, defesa deste modelo enquanto complemento e reforço dos modelos tradicionais de cooperação bilateral, permitindo desenvolver novas capacidades, mobilizar mais recursos e investimento e, por conseguinte, alcançar maior impacto e visibilidade.

Resultados

Nível regional

- **Alinhamento das CCDR com a Agenda 2030**, embora com níveis de apropriação e integração distintos;
- **Essenciais para uma maior territorialização dos ODS**, face às especificidades regionais;
- Realçaram, no período de auscultação, as seguintes **sugestões**:
 - Promover a uniformização de práticas nas CCDR;
 - Realizar análise e planeamento, a jusante, na elaboração de estratégias e ações;
 - Promover a internalização sistemática dos ODS;
 - Adaptar indicadores e metas ao contexto nacional, regional e local.

Resultados

Nível local

- As **autarquias locais** desempenham **papel fundamental pelas suas competências e atribuições** em diversos domínios de atividade diária, que se encontram intrinsecamente associadas ao cumprimento dos ODS;
- A **apropriação dos ODS por parte dos municípios**, apesar de diferenciada, **é crescente**;
- Aspectos de evolução significativos: *(i)* criação de uma secção (na ANMP) dedicada aos ODS e a existência de grupos de trabalho que concorrem para objetivos específicos; *(ii)* integração em redes internacionais (Programa *SDG Cities*); *(iii)* criação de equipas técnicas e incorporação crescente em instrumentos de programação e orçamentação.
- Destaque para as **iniciativas Plataforma ODSlocal** e o **Índice de Sustentabilidade Municipal**, criado pelo CESOP – Local (Universidade Católica Portuguesa).

Resultados

Sociedade Civil

- As **Empresas**, apresentam um relativo estágio de desenvolvimento. Os avanços registados estão ligados a um **conjunto de plataformas colaborativas**, com a definição de **princípios e compromissos para a sustentabilidade**. Existe um maior conhecimento e apropriação da Agenda 2030 em grandes empresas, nomeadamente multinacionais;
- Na **Academia**, existe um **bom grau de apropriação, principalmente na educação e *curricula* e na produção científica**. Menor na governança em que, apenas agora, se começa a revelar alguma sensibilidade para o tema;
- A **sociedade civil organizada** destaca a falta de uma clara definição de prioridades, metas e calendarização, **exigindo uma maior e permanente articulação junto dos Governos**. Realça-se ainda a sua **ação nos ODS 17, 3, 4, 5, e 10** e na **incorporação do princípio NDNT**.

Resultados

Meios Financeiros

- Dada a inexistência de uma única estratégia ou instrumento definido com orçamento dedicado, **várias medidas contribuem de forma direta, indireta e transversal** para a Agenda 2030;
- Uma das principais fontes de financiamento são os **Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)**, com desdobramento no **PT2020 e PT2030**, no **PRR** e no **Fundo Ambiental**;
- Ao nível dos exercícios orçamentais nacionais há a possibilidade de **melhorar a quantificação dos recursos financeiros alocados aos ODS** (estimados e executados).
- Ao nível local, é de destacar que **cada vez mais municípios integram os ODS nos seus instrumentos de programação financeiros.**

Conclusões

Desafios e Lições Aprendidas

- Espaço para se **consolidar a utilização da Agenda 2030 enquanto referencial principal** para a coerência e convergência das políticas públicas com o desenvolvimento sustentável;
- Existência de **desafios sistêmicos na análise de cedências** entre ODS (*trade-offs*), **consequências externas** (*spillovers*) e **benefícios recíprocos** (*co-benefits*);
- Disponibilidade de indicadores e possibilidade de fazer uma **maior desagregação face a grupos vulneráveis e às realidades regionais e locais**;
- **Impacto de desafios e megatendências** como a recuperação económica e social pós-COVID 19, a Guerra contra a Ucrânia, a tripla crise planetária e as dinâmicas demográficas.

Passos Futuros

Plano Interno

- Definição do **Roteiro Nacional para a Sustentabilidade 2030**, concretizando os seguintes objetivos:
 - ✓ Analisar a possível priorização dos ODS para o agenciamento das políticas públicas e dos projetos;
 - ✓ Melhorar a coerência e o alinhamento das políticas públicas com a Agenda 2030;
 - ✓ Progredir na atividade de monitorização e avaliação do progressos, respeitando o caráter multinível da implementação;
 - ✓ Aumentar os níveis de apropriação e conhecimento da sociedade em geral da Agenda 2030.
- Na definição e planeamento deste Roteiro, será garantida novamente a **dupla abordagem a todo o governo** e de **toda a sociedade**.

Passos Futuros

Plano Externo

- Manter o compromisso nos *fora* internacionais, também ao nível da UE, com iniciativas que contribuem para a implementação da Agenda 2030;
- Destaque para a **Cimeira dos ODS** (setembro 2023) que se pretende uma cimeira de revisão, a meio do percurso da implementação da Agenda 2030, com foco nas transformações necessárias para acelerar a ação até 2030;
- Apresentar um **terceiro RVN até 2027**, correspondendo, assim, às recomendações das NU;
- Continuar a **promover** o multilateralismo, bem como o papel de **liderança da ONU** nas questões de paz, segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Nesse sentido, Portugal candidatou-se a membro do Conselho de Segurança no biénio 2027-28.



PTS SUSTENTÁVEL

ABERTO, ABRANGENTE, AGORA

